

Covid-19 deve acelerar revisão de metas ambientais

A paragem da economia e a forte redução de emissões pode levar à revisão das metas do Green Deal e dos Planos Nacionais de Energia. Mas há quem alerte que ainda é cedo para visitar as metas, as quais já são “muito ambiciosas”.

SARA RIBEIRO
sara@negocios.pt

Enquanto a aposta na transição energética para superar a crise parece não levantar dúvidas, a discussão sobre a eventual revisão das metas europeias não gera o mesmo consenso.

Para Nuno Ribeiro da Silva, presidente executivo da Endesa, “os objetivos do ‘Green Deal’ já de si são bastante ambiciosos e obrigam a uma grande disciplina”. Além do mais, “têm um horizonte temporal alargado: 2030 [redução em 55% das emissões de gases de estufa] e 2050 [neutralidade carbónica]. E sendo fruto de uma ‘malha’ de negociações complexas, não considero que as metas devam ser já revistas”, sustentou.

Já a eurodeputada Maria da Graça Carvalho é da opinião que após este cenário de pandemia “tem de se reler e simular outra vez as metas” para perceber as que fazem sentido ou não. Até porque pode ser “muito mais fácil” atingir determinados objetivos com a “forte diminuição de emissões que houve”. O que não significa “dar menor prioridade”, alertou a vice-coordenadora da Comissão da Indústria, Investigação Científica e Energia.

Uma posição partilhada por Pedro Amaral Jorge, presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), não só para o Pacto Verde, mas também para o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), documento que passou a ser obrigatório para todos os Estados-membros e que estabelece os contribu-



Guillaume Horcajuelo/EPA

O plano nacional traça como meta que 80% da produção de electricidade seja de fontes renováveis em 2030.

tos e políticas nacionais para o cumprimento dos compromissos globais da União Europeia (UE). Neste momento, “há preocupações, nomeadamente no que se refere ao consumo de electricidade, que provavelmente vai continuar a diminuir no curto prazo, sendo necessário rever trajetórias futuras que terão impacto no desenho do PNEC 2030 e nos futuros desenvolvimentos”, comentou Pedro Amaral Jorge. Porém, não tem dúvidas que “a emergência climática vai continuar a ser uma prioridade social, económica e ambiental a que se tem de dar resposta”. Nesse contexto, por um lado, “não nos podemos dar ao ‘luxo’ de permitir que a transição energética deixe de ser um foco dos Estados-membros europeus”, e, por

outro lado, “penso que será altamente improvável que a Comissão Europeia se afaste dos objetivos de descarbonização da economia que está plasmada no ‘Green Deal’, publicado a 11 de dezembro de 2019”, acrescentou.

Os “timings” dos planos

Os números do real impacto desta crise nas estratégias para a transição energética ainda não são conhecidos. Mas Sara Rodrigues, especialista da área de energia da consultora Marsh, está convencida de que esta crise, “ao vincar de forma severa a execução de todas estas exigências, requer que todos os ‘players’ (públicos e privados) reajustem os respetivos modelos de sustentação económica e financeira”. Quanto à revisão das políticas

ambientais do “Green Deal” e dos Planos Nacionais de Energia, não antevê que as estratégias e sua implementação esteja em causa, “quanto muito o ‘timing’ da sua implementação”, defendeu.

Pelo contrário, Clemente Pedro Nunes defende que “todas as opções estratégicas da União Eu-

1

TONELADA

A crise pandémica levou à redução de um milhão de toneladas de CO2 por dia a nível mundial.

“

Sendo o ‘Green Deal’ fruto de uma ‘malha’ de negociações complexas, não considero que as metas devam ser já revistas.

NUNO RIBEIRO DA SILVA
CEO da Endesa

Tem de se reler e simular outra vez as metas.

MARIA DA GRAÇA CARVALHO
Eurodeputada

É necessário rever trajetórias que terão impacto no PNEC 2030.

PEDRO AMARAL JORGE
Presidente da APREN

”

ropeia vão ter de ser profundamente revistas. Incluindo as que conduziram ao ‘Green Deal’.

Para o professor catedrático do Instituto Superior Técnico, “a prioridade absoluta da política económica terá de ser a salvaguarda da competitividade das empresas, e desde logo, da indústria, a fim de se salvaguardar o maior número de empregos”. Assim, “a política energética terá de ter como objetivo prioritário o de contribuir para a competitividade externa da nossa economia, tanto no quadro europeu como mundial”, concluiu o especialista em energia.

O Negócios contactou o Ministério do Ambiente para comentar a eventual revisão das metas do PNEC mas não obteve resposta. ■

TOME NOTA

Os objetivos previstos no PNEC até 2030

A versão final do Plano Nacional de Energia foi entregue no final de 2019. O objetivo do plano, imposto a todos os Estados-membros, passa por atingir a neutralidade carbónica até 2050.

47% DE ENERGIA RENOVÁVEL

O Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) elaborado pelo gabinete do ministro do Ambiente, Matos Fernandes, estabelece uma meta de 47% de incorporação de renováveis no consumo final de energia até 2030. Uma meta que compara com os 31% estipulados até 2020. O plano prevê também uma redução no consumo de energia primária de 35%, assinalando a aposta do país na descarbonização do setor energético, com vista à neutralidade carbónica em 2050 proposta por Bruxelas.

FECHO DE CENTRAIS A CARVÃO

Para alcançar os objetivos, o documento entregue a Bruxelas no final de 2019 prevê a reconfiguração do sistema elétrico nacional através de um aumento em 15% das interligações elétricas. O que irá permitir atingir a meta de 80% de fontes renováveis na produção de eletricidade em 2030. Para tal, além do reforço da produção de energia limpa, também está previsto o encerramento das centrais a carvão. A estratégia para o crescimento nas renováveis passa, sobretudo, pelo solar, que representará 24% da geração renovável no final da década.

REDUÇÃO ATÉ 55% DE EMISSÕES DE CO2

O PNEC tem ainda como principais metas a redução entre 45% e 55% de emissões de gases com efeito de estufa face aos valores registados em 2005. No que toca à importação de energia, o plano pretende reduzir o atual valor de 75% para 62% até ao final de 2030.

PERGUNTAS A ANTÓNIO MEXIA

Presidente executivo da EDP

“Este é um momento único para Portugal repensar o futuro”

O CEO da EDP, António Mexia, destaca que a transição energética vai criar milhares de empregos. E, em entrevista por escrito ao Negócios, alerta que Portugal tem de reforçar o “rumo traçado”.

Qual o papel que a transição energética pode ter para a Europa ultrapassar a crise?

A pandemia afetou todos os países. Refletiu-se em todos os setores e, por isso, o esforço da recuperação terá de pertencer também a todos. [...] Vivemos um momento em que a descarbonização e a transição energética estão no centro, e é crucial preparar a Europa – e Portugal – para o futuro. É incontornável a necessidade de uma estratégia sólida e ambiciosa de combate às alterações climáticas com mecanismos que assegurem uma transição justa. Neste âmbito, as políticas europeias relativas à economia digital e à transição para a neutralidade carbónica – através do “Green Deal” – implicarão investimentos avultados e criarão milhares de empregos.

E que papel Portugal poderá ter nesta estratégia?

Esta é uma oportunidade única para Portugal repensar o futuro. O “Green Deal” definiu metas fundamentais para o desenvolvimento de uma economia sólida apoiada na sustentabilidade. [...] Portugal tem, naturalmente, de fazer parte deste esforço coletivo. Sabemos que o tempo já era curto para atingir os objetivos – individuais e globais – de redução de emissões, e qualquer atraso nesta altura tornar a missão ainda mais difícil.

Face à atual crise, acha que vai ser preciso rever as metas do PNEC?

Acredito que é crítico, não só manter o rumo que já foi traçado no passado, em Portugal, reconhecendo o caráter decisivo da década onde entrámos para atingir os objetivos que definimos, mas também reforçá-lo, a par ou até liderando o restante esforço europeu. E, com isso, Portugal também estará na linha da frente a recolher os benefícios que esta estratégia trará inevitavelmente para a dinamização da economia e do emprego.

No quadro do “Green Deal”, que metas considera mais urgentes reforçar?

Hoje as soluções exigem uma maior coordenação e colaboração global. Colocando desafios, mas também oportunidades à cooperação entre instituições internacionais. É, por isso, necessário que a União Europeia mantenha a estratégia verde adotada recentemente (“Green Deal”), colocando-a no centro da estratégia de retoma económica pós-covid-19. E aqui as palavras-chave são não apenas compromisso e empenho, mas também alinhamento.

Os atuais preços do petróleo não podem vir a desincentivar a aposta na transição energética?

As renováveis são hoje a fonte de energia mais competitiva. Dito isto, é preciso garantir um mercado de CO2 eficiente de modo a que não haja distorções a favor de tecnologias carbónicas marginais. Não podemos desistir do bem maior que é a descarbonização da econo-



António Mexia apela à colaboração global para transição energética.

“

Acredito que é crítico não só manter o rumo que já foi traçado no passado, em Portugal, [...] mas também reforçá-lo.

”

mia e da sociedade apenas porque o petróleo ficou mais barato. Aliás, com a descarbonização, essa redução do preço dos combustíveis fósseis seria de qualquer forma um facto, atendendo à menor procura. E por isso torna-se crítico planejar e

implementar estratégias tendentes a uma maior resiliência económica e ambiental, como componente essencial da recuperação económica.

Como por exemplo?

Será fundamental modelizar e comunicar de forma clara as mudanças económicas e sociais que se têm de implementar. Consagrar a componente climática no centro do programa de recuperação económica (em termos de geração renovável, redes inteligentes num contexto da indispensável eletrificação, da maior eficiência dos edifícios, descarbonização da indústria e das cadeias de transporte e logística). Garantir a revisão da carga fiscal e incentivos, privilegiando critérios ESG [ambientais, sociais e de governação corporativa] nas decisões de investimento, discriminando positivamente os agentes económicos que demonstram estarem empenhados numa sociedade mais transparente e sustentável. ■

SARA RIBEIRO